

Cultura escrita e materialidade: possibilidades interdisciplinares de pesquisa.

Márcia Almada

Doutora em História Social da Cultura e Especialista em Conservação de Papel. Professora do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes (EBA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Vice-líder do grupo de pesquisa "A modernidade ibero-americana e a capitania de Minas Gerais (séculos XVII-XVIII) – Espaços, Poder, Cultura e Sociedade" e membro do grupo de pesquisa "Elementos materiais da cultura e patrimônio".

RESUMO

Este artigo analisa as possibilidades de investigação interdisciplinar no campo da cultura escrita, unindo as metodologias de pesquisa do historiador e do conservador-restaurador de documentos gráficos. Propõe uma discussão sobre a viabilidade da incorporação das fontes escritas aos conceitos e metodologias dos estudos históricos sobre cultura material, ao mesmo tempo em que avalia a necessidade de uma sistematização metodológica da conservação-restauração que preserve a memória material dos documentos.

Palavras-chave: manuscritos, século XVIII, preservação.

ABSTRACT

This article analyses the possibilities for interdisciplinary investigation in the field of written culture, uniting the research methodologies of the historian and the conservator-restorer of graphic documents. Proposes a discussion on the feasibility of incorporating the written sources to the concepts and methodologies of historical studies on material culture, while assessing the need for a systematic conservation-restoration methodology to preserve the material memory of the documents.

Keywords: manuscripts, eighteenth century, preservation.

Os objetos de uso cotidiano, como vestimentas, adornos, mobiliário, utensílios, livros, documentos ou pinturas, são expressões materiais do pensamento humano, cuja produção relaciona-se, em última instância, a práticas que são historicamente condicionadas e vinculadas aos padrões, doutrinas e formas de organização da sociedade em cada tempo. Portanto, os objetos, assim como as ideias, devem ser compreendidos como o resultado da integração de diversos códigos e posturas culturais às circunstâncias históricas.

O primeiro contato com um objeto, de qualquer natureza, é feito a partir dos sentidos e da matéria, ou seja, a partir de sua forma, aparência, textura, imagem, odores, conformando as expectativas sobre a informação. Assim sendo, os suportes e materiais utilizados na confecção dos objetos influenciam a nossa capacidade de compreensão. Por outro lado, os objetos têm história e guardam os vestígios dessa trajetória no tempo através das inúmeras marcas de uso e de guarda e das modificações que recebem ao longo do tempo pelos mais diversos sujeitos: proprietários, usuários, inquisidores, familiares, falsificadores, etc. Os objetos, portanto, testemunham relações culturais que podem ser percebidas em seus suportes.

Tem-se discutido na historiografia atual sobre o uso dos objetos como fonte de pesquisa. Este debate tem contribuído para a ampliação do conceito de cultura material, ao pretender tecer teias metodológicas interdisciplinares para a capacitação de historiadores no uso de outras fontes além dos documentos escritos. No entanto, ao se questionar o uso extensivo e prioritário das fontes textuais, os próprios documentos não têm sido considerados objetos de natureza material e, como tal, constituídos historicamente. Efetivamente, eles podem se integrar às questões propostas pelos estudos da cultura material, especialmente no que se refere à escolha e utilização das técnicas de elaboração, além das marcas e vestígios que revelam seu uso ao longo do tempo.

Em pesquisa desenvolvida para elaboração da minha tese de doutorado em História¹, utilizei uma metodologia interdisciplinar para análise das fontes documentais. Tendo como problemática de investigação a reflexão sobre a produção, uso, significado e preservação dos documentos pintados realizados durante o século XVIII no Brasil e na Península Ibérica, tomei como objeto principal de pesquisa os compromissos de irmandades leigas.² Estes documentos contêm os estatutos que regiam as atividades destas associações, que assumiram uma importância indiscutível na organização da sociedade colonial. Continham as normas que procuravam regular as condutas dos congregados, bem como as principais atividades desenvolvidas: assistência espiritual, festas, procissões, amparo a irmãos doentes ou carentes e acompanhamento fúnebre. Mesmo que os estatutos possuíssem um caráter normativo geral, acabavam por registrar situações específicas do contexto histórico em que eram elaborados e utilizados.

Alguns exemplares desses estatutos eram ricamente adornados, contendo frontispícios, vinhetas e letras capitulares com volteios caligráficos e/ou pinturas a têmpera, ouro e prata. Em grande parte, o texto era redigido com caligrafia elaborada, sendo algumas vezes executada com pigmentos metálicos, compondo desenhos gráficos requintados. Nesses documentos, a escrita e a pintura tinham como suporte papéis de boa qualidade, reunidos em encadernação de luxo com revestimento de materiais nobres como o veludo e a seda. Geralmente o compromisso era composto por portada ou frontispício, página de rosto e os capítulos em si. Poderia conter também termos de abertura e fechamento feitos por notários ou escrivães públicos, rubricas, assinaturas e receber adições de pareceres, ofícios, despachos, provisões ou alterações posteriores.

Apesar destas características materiais e visuais marcantes, os compromissos de irmandades foram predominantemente utilizados pela historiografia apenas pelas suas informações textuais, valorizando a análise das normas ali registradas. No entanto, sua materialidade revela uma série de outros dados que passam despercebidos pelos investigadores. Se questionados com propriedade metodológica, os vestígios materiais nos documentos podem ser o caminho para se atingir respostas que talvez não pudessem ser alcançadas por outros meios.

Metodologias interdisciplinares

No método de investigação que prioriza as fontes visuais, segundo Ulpiano Bezerra de Meneses, é necessário *retrazar a biografia, a carreira, a trajetória das imagens* (2003, p. 11). E como imagens, textos e objetos não existem sem o seu suporte e tintas, a mesma assertiva pode ser extensível à materialidade dos documentos. A questão que se propõe para reflexão futura é a avaliação das potencialidades da análise material dos documentos como fonte de pesquisa histórica, aproximando-se dos conceitos e metodologias da cultura material e dos conhecimentos advindos da Ciência da Conservação. Decorrem desta problemática algumas outras indagações: quais são as habilidades necessárias para esse tipo de análise? A formação atual do historiador o capacita para elas? É possível e necessária a constituição de uma metodologia de análise material dos documentos para historiadores? É legítima a incorporação dos documentos arquivísticos no conceito de cultura material? As metodologias de intervenção para preservação preveem a manutenção da memória material dos documentos para fins de pesquisas históricas?

A interdisciplinaridade é característica da formação do conservador-restaurador, que deve lidar com uma variedade de campos para a compreensão do seu objeto de trabalho. No encontro com a História, além de ser necessário o conhecimento sobre a história dos suportes que trabalha, desenvolve análises formal, estilística, iconográfica, além de

investigar sobre a função social do objeto, antes de definir o tratamento a ser realizado. O uso de metodologias de análise próprias do historiador fornece suplemento ao restaurador para entender o objeto que tem nas mãos. Com estas informações, o profissional estabelece um diálogo com a obra e a enxerga em sua originalidade histórica, compreendendo como suas formas e aparência foram concebidas e que usos foram dados ao objeto ao longo de sua história. Assim, fontes documentais e métodos de análise historiográficos fornecem os subsídios e as informações que garantem a propriedade das intervenções. A interdisciplinaridade, agregando conceitos, conhecimentos específicos e métodos de trabalhos de diversas áreas do conhecimento, é fundamental para a definição dos tratamentos a serem realizados.

Após as primeiras análises, parte-se para os exames laboratoriais, que irão indicar os materiais constitutivos do objeto, além da sua memória material, ou seja, a identificação da forma como sobreviveu desde sua concepção, as intervenções sofridas ao longo dos anos e as reações às intempéries e situações de guarda apresentadas. Durante o seu trabalho, o restaurador está acostumado a perceber os menores detalhes, atrás das minúcias da obra em seus aspectos materiais. Penetrando em seus fragmentos, o restaurador está habituado a enxergar o que há por trás das pinceladas, das marcações de margens ou moldes, do trajeto da pena e do pincel, das dobras, das rasuras, das marcas oleaginosas, etc. A intuição desenvolvida no trabalho de restauração pode provocar determinadas perguntas no profissional atento, especialmente no que se refere à materialidade, à visualidade e à função social do objeto.

Além dos exames laboratoriais, o uso dos sentidos é indispensável pra profissionais que lidam com a documentação escrita. Em *Nova Escola para aprender a ler, escrever e contar* (Figura 1), publicada em 1722, Manoel de Andrade de Figueiredo ensinava detalhadamente como escolher um bom papel. Algumas das instruções citadas compreendem: alisar a folha com os dedos para identificar aspereza ou lisura e a presença de fibras grossas; colocar a folha contra luz para perceber o equilíbrio na distribuição das fibras e a existência de minúsculas perfurações (que fazem com que a tinta passe para o outro lado); tocar a folha com a saliva para identificar uma boa encolagem (ALMADA, 2006, p.54). Da mesma forma, estes recursos de percepção sensorial são essenciais para o restaurador, assim como seriam úteis ao historiador no contato com a documentação escrita para extrair informações além do texto.

O estado da questão: história e cultura material

No entender de Marcelo Rede, uma visão alargada da cultura material pode englobar, além de objetos e artefatos, *todo segmento físico socialmente integrado* (REDE, 1996, p. 278), incluindo os movimentos e as paisagens urbanas e rurais, vistos, principalmente, em uma integração entre forma, tempo e espaço. É tanto matéria de conhecimento quanto objeto e fonte de pesquisa: *a um só tempo, parte do fenômeno histórico e fonte documental para sua compreensão* (REDE, 1996, p. 266). Ulpiano Bezerra de Meneses entende cultura material como um segmento do meio físico que é transformado e apropriado culturalmente pelo homem, compreendendo artefatos, estruturas, paisagens modificadas, arranjos espaciais, animais e o próprio corpo humano. Compreende-se como suporte material físico e concreto da vida humana e, por isso, como produtos e vetores de relações sociais (MENESES, 1983, p. 112-113). Não há uma definição uníssona para o conceito, *que está intimamente ligado à visão que os autores têm da própria noção de cultura*, especialmente no que tange às relações entre universo material e imaterial (REDE, 1996, p. 267). A cultura, em geral, está associada às atividades mentais e relacionais dos homens, criando uma dicotomia entre “cultura material” e “cultura imaterial”. Tanto Rede quanto Meneses, assim como Vânia Carvalho (2011), Maria Eliza Borges (2011) e José Newton Coelho de Meneses (2011), concordam em afirmar que não há oposição entre cultura “mental” e “material”, nem tampouco esta última é *reflexo* da primeira, cabível, portanto, de justificar, reproduzir ou conter em si os elementos da estrutura social. Pensamentos, ideias, relações e conceitos se expressam materialmente. Por outro lado, são estes elementos “imateriais” que viabilizam a existência do material. Por isso não é indicada uma separação entre cultura imaterial e material. Se não há um conceito definitivo de “cultura” nem tampouco de “cultura material”, importa compreender que a materialidade é uma dimensão da existência cultural das sociedades, assim como a cultura não existe sem sua expressão material; ela é *por excelência, matriz e mediadora de relações* (REDE, 1996, p. 274).

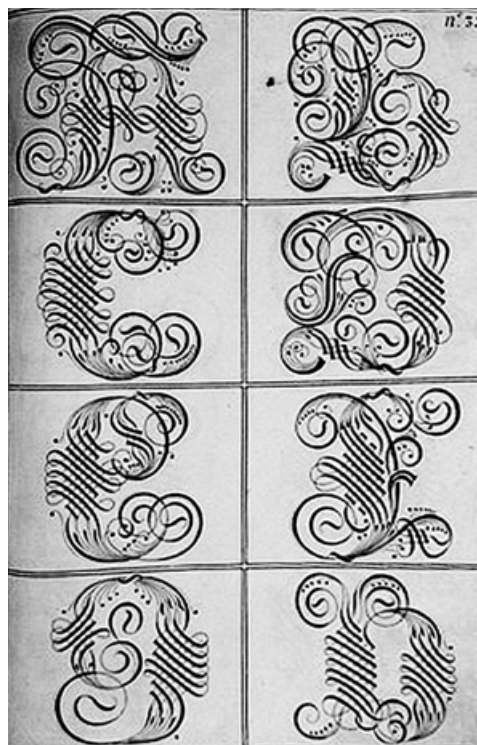


Figura 1 – Letras com cetras de Manoel de Andrade de Figueiredo, gravura 37

Como o historiador pode melhorar sua relação com a materialidade das fontes? Há algumas décadas, tem-se estabelecido uma discussão metodológica acerca das possibilidades da cultura material para a pesquisa histórica, destacando-se a necessidade do historiador estar atento às características físicas dos objetos para poder extrair deles tanto perguntas quanto respostas. Marcelo Rede (1996, p.281) lembra que as propriedades físico-químicas dos objetos trazem as evidências de várias histórias que revelam as tradições, os saberes, os modos de fazer dos objetos ou mercadorias produzidas e consumidas pelas sociedades. Da mesma forma, as características físico-químicas originais ou modificadas pelos processos naturais ou artificiais de envelhecimento da matéria dizem sobre os processos de circulação, transmissão e preservação e devem ser inquiridos pelos historiadores, como alerta Ulpiano Bezerra de Meneses (1998, p. 91).

Como fazer da cultura material documento e quais as implicações disso para a historiografia foi uma pergunta posta por Marcelo Rede (1996, p. 266), mas que instiga vários autores. Não há respostas fáceis. O que Rede, Meneses e Vânia Carvalho fizeram foi analisar metodologicamente diversas obras e artigos para compreender o problema. Segundo os autores, o divórcio entre História e cultura material é antigo, pois os teóricos da História poucas vezes incorporaram a dimensão material da vida social e também porque os historiadores não estão aptos, em geral, a incorporar as fontes materiais em seu corpus documental, privilegiando as fontes textuais. No máximo, utilizam os vestígios materiais das sociedades como aspecto ilustrativo de seus argumentos, aspecto duramente criticado por

Meneses. Por outro lado, antropólogos, historiadores da arte e arqueólogos centraram-se nos aspectos físicos, técnicos e estéticos dos objetos, distanciando-os de sua historicidade (REDE, 2012, p. 133). Ainda segundo Marcelo Rede, o historiador predominantemente irá se preocupar com as variações, *formas cambiantes de interação entre as sociedades e a cultura material* (1996, p. 265). Ulpiano Bezerra de Meneses, em 1983, questionava a falta de estudos historiográficos que utilizassem como fonte a cultura material que, na sua visão, apresenta várias vantagens em relação à documentação textual, a saber: sua ubiquidade; sua menor permeabilidade ideológica, a facilidade de tratamento quantitativo e o caráter de anonimato (MENESES, 1983, 112); neste último aspecto, obviamente o autor excluía deliberadamente o uso das fontes textuais a partir de seu caráter material.

Ao historiador torna-se premente superar a hierarquização entre fontes textuais e materiais, evitando os pressupostos de que estas últimas só poderiam ser utilizadas quando aquelas faltassem ao historiador e de que as fontes materiais são mais indicativas do que conclusivas, dependendo, portanto, de *confirmação* de fontes escritas (REDE, 1996, p. 275). É necessário compreender que a materialidade não está à parte da vida social; pelo contrário, o universo material *faz parte* [do fenômeno social], *como uma de suas dimensões e compartilhando de sua natureza, tal como as ideias, as relações sociais, as instituições* (REDE, 1996, p. 274).

No entanto, os estudos que se focam na cultura material tendem a privilegiar os bens e produtos de consumo. Mas este conceito seria aplicável à documentação escrita, seja pública ou privada?

Se os objetos dizem mais do que sobre a matéria da qual são constituídos, o texto não esgota o rol de informações que podem ser extraídas dos documentos. Se tomarmos o documento como mais um dos artefatos históricos, perceberemos que ele é derivado de convenções, habilidades, conhecimentos e possibilidades específicas de cada época ou sociedade. E que as marcas deixadas nos suportes são informações preciosas sobre as formas de uso, apropriação, circulação e também pelas práticas de sua preservação. A documentação escrita deve também integrar o escopo dos estudos sobre a cultura material, fazendo uso de metodologias próprias, que unam também os métodos e interesses da história da cultura escrita. É necessário procurar entender que a materialidade dos documentos é uma das *formas de construção da personalidade e da identidade social* (REDE, 2012, p. 139).

O estado da questão: cultura escrita e materialidade

Como a historiografia da cultura escrita tem tratado a materialidade dos documentos gráficos? Robert Darnton (1995; 1998), Roger Chartier (1994; 2002; 2003), Fernando Bouza Álvarez (1997; 2001) e Antonio Castillo Gómez (1996; 2006), entre outros historiadores da cultura escrita, há muito unem o aspecto textual ao material para construir suas análises sobre circulação e apropriação de manuscritos e impressos. Para o leitor, como afirma Chartier, as condições visíveis e materiais permitem *distinguir, classificar e hierarquizar os discursos* (CHARTIER, 2002, p. 23); a mesma assertiva pode ser extensível ao historiador, também ele um leitor de suas fontes. Para esses autores, as características físicas do documento são resultado de processos sociais, tanto no que diz respeito à sua produção quanto aos seus usos e formas de preservação, que são expressos nas marcas, vestígios e resíduos deixados na matéria. Como estas modificações nos objetos estão assentadas materialmente em sua constituição físico-química, elas são registros de uma dinâmica social. Estas características devem ser analisadas no documento para compreender a sua realidade histórica de uma forma mais ampla, não apenas à época de sua elaboração, mas também nos seus diversos momentos históricos. Este aspecto também é apropriadamente lembrado por Marcelo Rede e por Ulpiano Bezerra de Meneses, que afirmam que os objetos (e nesse grupo devem ser incluídos os suportes da escrita), também não podem ser entendidos sem a sua dimensão temporal: *em outras palavras, longe de formar um cenário estático, também as coisas físicas têm uma trajetória, uma vida social com sucessivas mutações. Poderíamos mesmo falar, sem medo de paradoxos, de uma 'biografia das coisas'* (REDE, 2012, p.147). Esse é um ponto fulcral, pois entendendo que o documento tem uma história e que ela deixa marcas materiais em sua estrutura, além de outras imateriais, é que se torna possível, no documento escrito, extrapolar o texto como fonte histórica.

Armando Petrucci afirma que, *para quem estuda criticamente os produtos das culturas escritas do passado, não pode haver questão mais fascinante do que aquela que se faz a propósito do por que e do como se foram formando e duraram no tempo os testemunhos escritos das sociedades históricas* (PETRUCCI 1999, p. 290). As formas de conservação e acesso ao patrimônio textual das sociedades (que acabam por se inscreverem como marcas físicas) apresentam indícios das ações políticas – em seu sentido amplo – levadas a cabo pelas elites letradas ou iletradas. Seleções para preservação significam a correspondência de inúmeras outras exclusões, que, ao longo do tempo, vão constituir um patrimônio fragmentado do que se foi produzido, não deixando de ser este um ato político que também deve ser analisado no contato com a documentação. Estas relações não são obrigatoriamente recíprocas, muito menos óbvias.

Em *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos* (ALMADA, 2012), analisei diversas situações nas quais os esforços feitos na elaboração de um documento eram equivalentes aos usados para sua preservação. Nas irmandades leigas setecentistas, por exemplo, o cargo de Escrivão era dos mais importantes para a Mesa Administrativa; seus ocupantes eram tanto responsáveis pela produção de documentos quanto pela sua guarda. Se hoje encontramos os exemplares adornados de seus Compromissos mais bem conservados (exceto pelo ataque de insetos!) do que aqueles produzidos para uso corrente, é porque o esforço para sua preservação correspondia, de certa forma, aos investimentos feitos para sua produção. Esta correspondência justificava a sua eleição para preservação, dentro do escopo de outros papéis produzidos pela instituição, que foram excluídos/destruídos em diversos tempos. O mesmo empenho, por exemplo, era dado à guarda e manutenção de outros objetos de alto valor pecuniário e simbólico, necessários ao culto e às demais atividades das irmandades – as alfaias, a imaginária sacra, seus retábulos, etc. – aspecto que pode ser verificável na relação de pagamentos feitos a trabalhos de oficiais mecânicos e liberais que atendiam as instituições.

Tiago C.P. dos Reis Miranda, em um artigo intitulado *Memória por Alvará* (MIRANDA, 2009), lembra que a preocupação com as técnicas, materiais e forma de preservação poderia estar na origem da produção de certa documentação administrativa de relevância, como foi o caso do processo referente à expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses por D. José em 1759. A atenção com a preservação deste conjunto documental, desde a sua origem, sobrepõe a sua função primeira – que era a de transmitir uma ordem administrativa – tendo em vista a vontade de conservar, pelo tempo mais longo que se pudesse, o registro material de uma mensagem política mais ampla. Se estas preocupações estavam na origem do documento, não podem ser esquecidas e devem ser analisadas através dos vestígios materiais que os documentos guardaram, tal como foi feito por Tiago Miranda.

Ainda sobre os suportes da escrita, Armando Petrucci estabelece uma relação entre a qualidade do papel com a difusão do alfabetismo das sociedades. Para o autor, à medida que uma maior parcela da população produz, consome e usufrui textos manuscritos e impressos, decai a qualidade dos suportes a partir de pressão exercida pelo mercado para o descobrimento de materiais menos caros, tratando-se de um problema histórico, político e econômico (PETRUCCI, 1999, p. 274-276). Portanto, o conhecimento da história e das qualidades intrínsecas dos materiais utilizados foi fundamental para suas reflexões.

As análises materiais, evidentemente, não serão úteis para todo tipo de investigação nem para todas as tipologias documentais. Sua utilização dependerá das perguntas feitas pelo investigador às suas fontes; mas não pode ser excluída das metodologias de pesquisa histórica. Conforme afirma Robert Darnton, o significado do uso dos objetos está relacionado às formas de produção, aos investimentos feitos, ao empenho dos sujeitos em dominar as técnicas, assim como na escolha dos materiais e nos esforços que as instituições ou pessoas promovem na preservação de sua documentação (DARNTON, 1998, p. 200).

História, cultura escrita e preservação

O último ponto a ser exposto se refere à maneira pela qual os conservadores-restauradores têm tratado a documentação histórica. Os restauradores devem igualmente reconhecer essas marcas e modificações históricas impostas aos objetos e respeitá-las durante as intervenções. Esta prática já é bem estabelecida nos processos de conservação de artefatos arqueológicos, nos quais os mínimos vestígios materiais podem indicar os caminhos a serem seguidos para a investigação sobre as sociedades. Esta prerrogativa deve ser estendida às demais categorias de suportes e objetos. Uma dialética, porém, se impõe: marcas impostas aos objetos muitas vezes são danosas à sua conservação. Assim, devem ser debatidos os limites entre as necessidades de preservação físico-química do objeto e as necessidades de manutenção dos vestígios para os historiadores. No entanto, a resolução deste conflito nem sempre foi feita a contento, segundo critérios atuais, pois os responsáveis pela guarda e perpetuação dos objetos e monumentos necessariamente tomam medidas respaldados pelos paradigmas intelectuais de sua época. Atualmente, na formação de conservadores-restauradores, uma das mais importantes questões deontológicas é a consciência da responsabilidade diante do acervo histórico em todas as suas dimensões.

Há décadas, práticas equivocadas de preservação têm destruído originais de obras manuscritas ou impressas, valorizando apenas a informação textual nelas contidas. Um exemplo desse desastre se deu em vários arquivos nacionais quando da aplicação de uma técnica de reestruturação do suporte chamada “laminação a quente”, desenvolvida pelo americano W.J. Barrow na década de 1930 e divulgada em publicações como *Modern Archives: principles and techniques*, de T.R. Schellenberg, editada em 1956, e em diversos artigos técnicos e científicos americanos. A técnica foi utilizada pela Library of Congress, com o aval do National Bureau of Standards americano. Embora pouco tempo depois tivesse sido questionada quanto à durabilidade dos materiais aplicados, ela continuou sendo

aplicada por restauradores até a década de 1980 do século passado. Neste processo, ao procurar reforçar a estrutura de papéis danificados por acidez ou ataque de insetos, se juntava na frente e no verso do documento um acetato de celulose e uma folha de papel japonês muito fino, unidos ao original por adesivos irreversíveis, cuja aplicação se dava em uma prensa a quente. Após o tratamento, não se pode mais observar a textura dos papéis e das tintas, pois o suporte adquire outras características físico-químicas. Além disso, a instabilidade do acetato de celulose e do adesivo, juntamente com a ação das altas temperaturas usadas no processo, contribuiu para a aceleração da degradação do papel e das tintas originais, que ficam esmaecidas a ponto de se tornarem praticamente ilegíveis. E o que hoje ainda pode ser lido, não pode ser analisado sob o ponto de vista material, pois houve uma modificação irreversível das estruturas e texturas originais.

Outro exemplo de práticas destrutivas e irreversíveis, que impedem que informações inerentes às matérias sejam alcançadas pelo pesquisador, foi a progressiva prática de microfilmagem de documentos, livros e, especialmente de jornais, com o subsequente descarte dos originais, cujo protagonista também foi a Library of Congress. Em texto amplamente conhecido, inicialmente publicado em 2001, Robert Darnton comenta com propriedade a prática equivocada que foi implantada naquela biblioteca a partir dos anos 1980 e que foi seguida por diversas outras instituições, inclusive no Brasil. O descarte de originais impediu, por exemplo, que pesquisadores pudessem avaliar mudanças sociais a partir das variações de diagramação dos jornais, variações estas que expressam *um diálogo implícito[que]se desenvolve entre os produtores do mapa cognitivo e os consumidores que fazem uso dele* (DARNTON, 2010, p.141). Exemplo de um ato de uma *sociedade esquizofrênica*, segundo Armando Petrucci, que afirma que o nosso tempo, como nenhum outro, tem destruído massivamente aquilo que produz, sustentando, ao mesmo tempo, que deseja preservar seus bens (PETRUCCI, 1999, p. 276).

Nestas duas experiências malfadadas de preservação de acervos documentais, o que estava em jogo era a preservação da informação textual em detrimento absoluto da informação material e visual. Embora em estudos de caso pontuais e sem sistematização teórica, a conservação-restauração tem, atualmente, afirmado a necessidade de pensar o objeto a partir das suas inúmeras possibilidades de análise pelos mais diversos campos do conhecimento. Em se tratando de documentos gráficos, citam-se as seguintes áreas: ciência da conservação, com a preocupação com a estabilidade de materiais; estudos humanísticos, com a análise de textos e aspectos codicológicos; história da arte, com a avaliação das técnicas de produção de imagens; história da cultura escrita, com as análises sobre produção, circulação e uso; ciência da informação, com a preocupação sobre o acesso e a custódia, atual e pregressa, dos documentos.

A restauradora portuguesa Inês Correia (2011), em um artigo instigante, iluminou uma sistematização de práticas que articulam demandas interdisciplinares, tendo em vista a conservação-restauração de manuscritos litúrgicos medievais. Assim, os indícios materiais de uso e de sua história de preservação são destacados e relacionados com práticas necessárias à sua conservação. No seu entender, marcas de dedos e entrefolhamentos de materiais aleatórios podem indicar os contextos de uso; depósitos de cera de velas dizem sobre práticas e ambientes de leitura; comentários nas margens são úteis ao estudo sobre cronologia de recepção; descontinuidade de páginas ao longo do documento podem ser indícios de práticas litúrgicas ou artísticas;

reparos anteriores ao século XIX são marcas que registram a história do uso e da preservação. Correia (2011) nos dá um exemplo das práticas contemporâneas da conservação-restauração que, antes de se preocupar somente com a permanência da matéria, procura compreender o objeto em suas dimensões social e histórica. Os métodos de conservação-restauração têm passado a respeitar as evidências materiais que mantêm traços da identidade específica de cada objeto e seus significados multidisciplinares, intervindo de forma menos invasiva possível de maneira a garantir a sua continuidade no tempo. É necessário que estudos teórico-metodológicos interdisciplinares fomentem as problemáticas expostas porque entender a historicidade do documento é uma prerrogativa tanto do historiador quanto do restaurador.

Considerações finais

Os objetos da cultura material das sociedades – incluindo a documentação manuscrita e impressa por elas produzidas – trazem em sua materialidade uma correspondência com os valores socialmente aceitos em determinada época e são expressões dos modos de viver e de se relacionar. Os objetos recebem, cristalizam e reorganizam sentidos provenientes das mais diversas origens, em trocas culturais que são fundamentais para a composição e compreensão da realidade vivida.

Como as técnicas de execução, materiais utilizados e estados de conservação de obras de arte, livros ou documentos estão diretamente vinculados aos processos de produção, apropriação, guarda e uso, sua identificação e análise estão relacionados à história das práticas e dos processos cognitivos (CHARTIER, 2002, p.7). Sendo assim, o conhecimento técnico da matéria é essencial para o historiador, assim como o é para o restaurador. A análise material dos documentos gráficos exige uma interdisciplinaridade que envolve os campos da História (social, da arte, da cultura escrita), da Ciência da Conservação, da Conservação-Restauração, da Bibliologia, da Arquivística e da Diplomática. Para tanto, é necessário que a formação de historiadores e de conservadores-restauradores contemple a capacitação no uso de metodologias interdisciplinares que irão permitir a ampliação das possibilidades de atuação profissional.

NOTAS

¹A tese de doutorado, intitulada Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos, foi desenvolvida no Programa de Pós-graduação em História da UFMG, sob orientação da Professora Júnia Ferreira Furtado.

²Outras fontes foram os manuais de pintura e caligrafia, exercícios de caligrafia e pintura, outros documentos pintados, poemas laudatórios, poemas visuais, etc.

REFERÊNCIAS

- ALMADA, Márcia. *Livros manuscritos iluminados na era moderna: compromissos de irmandades mineiras*. 2006. 170 f. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- ALMADA, Márcia. *Das artes da pena e do pincel: caligrafia e pintura em manuscritos no século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.
- BOSCHI, Caio Cesar. Em Minas, seus negros e seus compromissos. In: *Compromissos de irmandades mineiras*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2007, p. 275-293.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. ¿Para qué imprimir? De autores, públicos, impresores y manuscritos en el Siglo de Oro. *Cuadernos de Historia Moderna*, Madrid, v. 18, p. 31-50, 1997.
- BOUZA ÁLVAREZ, Fernando. *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura material, espaço doméstico e musealização. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p. 443-470, jul./dez. 2011.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Garabatos y ejercicios de escritura en un ejemplar del Tratado sobre la forma que se ha de tener en el oír de la misa de Alfonso el Tostado (Alcalá, 1511). *Signo: Revista de Historia de la Cultura Escrita*, Universidad de Alcalá de Henares, n. 3, p. 193-201, 1996.
- CASTILLO GÓMEZ, Antonio. *Entre la pluma y la pared: una historia social de la escritura en los siglos de oro*. Madrid: Ediciones Akal, 2006.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. Artes do fazer*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Brasília: UnB, 1994.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- CHARTIER, Roger. *Formas e sentido: cultura escrita: entre distinção e apropriação*. Campinas: Mercado de Letras; Associação de Leitura do Brasil, 2003.
- CORREIA, Inês. Between material conservation and identity preservation – the (sacred) life of medieval liturgical books. In: ICOM-CC TRIENNIAL MEETING, XVIth, 2011, Lisbon. *Preprints*. Lisboa: Critério Produção Gráfica, 2011, p. 1-9.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura, revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

- DARNTON, Robert. *A questão dos livros*. Passado, presente, futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos emblemas e sinais; morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- MENESES, José Newton Coelho de. Apresentação. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 27, n. 46, p.397-404, jul./dez. 2011.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A cultura material no estudo das sociedades antigas. *Revista de História*, n. 115, 1983, p. 103-107.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.21, p. 89-103, 1998.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia L. *Arquivos, patrimônio e memória*. Trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1999, p.11-28.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, história visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, jul. 2003.
- MIRANDA, Tiago C.P. dos Reis. Memória por alvará: registros legais/ monumentos políticos. *Brotéria*, Lisboa, v. 169, n. 2/3, p. 135-148, ago./set. 2009.
- OLIVEIRA, Myrian Ribeiro de. Os Passos de Aleijadinho e suas restaurações. *Imagem Brasileira*, Belo Horizonte, n.1, p.81-91, 2001.
- PETRUCCI, Armando. *Alfabetismo, escritura, sociedad*. Barcelona: Gedisa Editorial, 1999.
- PETRUCCI, Armando. *La ciencia de la escritura*. Primera lección de paleografía. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica Argentina, 2002.
- REDE, Marcelo. História a partir das coisas. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v.4, p. 265-268, jan./dez. 1996.
- REDE, Marcelo. História e cultura material. In: CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 133-150.
- SHELLENBERG, T.R. *Modern Archives: principles and techniques*. Chicago: The University of Chicago Press, 1956.
- SHELLENBERG, T.. *Arquivos modernos*. Princípios e técnicas. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004.